



Índice

- 01** Índios invadem canteiro de obras de Belo Monte, no Pará
- 02** Índios de Puerto Iguazú organizam visitas turísticas à aldeia na fronteira
- 03** Índios cobram investigações
- 04** TERRA YANOMAMI -Procurador acusa ONG de incitar conflito entre índios e fazendeiros
- 05** Índios prometem radicalizar protestos
- 06** AL tenta conter conflito entre índios e fazendeiros
- 07** Funai retira primeiro fazendeiro da região do Ajarani, em Roraima
- 08** Militares do Exército acusados de enjaular e torturar índios no Amazonas
- 09** Após ação do MPF/SE aldeia Xocó terá água potável
- 10** Audiência pública, em Brasília, discutirá demarcação das terras indígenas
- 11** Câmara debate leis que obrigam estudo de cultura afro e indígena em Cuiabá



Índios invadem canteiro de obras de Belo Monte, no Pará

SÍTIO GLOBO.COM, 03.05.2013

Cerca de 150 indígenas ocuparam sítio Belo Monte.

Segundo construtora, invasão ocorre no dia de pagamento de funcionários.

Cerca de 150 índios de diversas etnias, como Xikrin, Xipaia, Munduruku e Arara, invadiram na manhã desta quinta-feira (2) o sítio Belo Monte, em Vitória do Xingu, sudoeste do Pará. Os indígenas chegaram em quatro ônibus, armados com flechas bordunas, uma arma indígena semelhante a uma clava. Uma parte dos manifestantes entrou no canteiro de obras, enquanto o restante ficou na entrada do local impedindo a entrada e saída de pessoas.

Segundo a assessoria do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), ainda não se sabe se os índios causaram algum dano à propriedade. Ainda de acordo com o CCBM, a ocupação não prejudicou as atividades, já que a invasão aconteceu no dia do pagamento de funcionários, quando há pouca atividade nos canteiros e a maioria dos trabalhadores se concentra nas áreas administrativas.

De acordo com a Norte Energia, responsável pelo empreendimento, os índios vieram da região do Tapajós e ainda não anunciaram qual seria a pauta de reivindicação dos ocupantes.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão de defesa dos direitos indígenas vinculado à CNBB, divulgou uma carta aberta sobre a ocupação do sítio em Vitória do Xingu. No documento, o CIMI diz que "Vocês (os construtores da barragem) estão apontando armas na nossa cabeça. Vocês sitiam nossos territórios com soldados e caminhões de guerra. Vocês fazem o peixe desaparecer. Vocês roubam os ossos dos antigos que estão enterrados na nossa terra".

O G1 entrou em contato com a Funai, que afirmou não ter informações sobre a ocupação.

Entenda o caso

A usina hidrelétrica Belo Monte está sendo construída no rio Xingu, no sudoeste do Pará. O empreendimento tem oposição de ambientalistas e do Ministério Público Federal, que acredita que a obra irá trazer consequências irreversíveis para o ecossistema da região, trazendo impactos negativos para as comunidades tradicionais que vivem próximas ao local da barragem.



Índios de Puerto Iguazú organizam visitas turísticas à aldeia na fronteira
SÍTIO AQUIAGORA.NET, 02.05.2013

Empreendimento comunitário beneficia as cerca de 50 famílias da tribo. Guias foram preparados em uma escola montada na própria reserva.

Visitantes e moradores de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, podem conhecer a cultura indígena mbya guarani, de Puerto Iguazú, na Argentina, através de visitas guiadas à aldeia.

Funcionando desde março, a primeira empresa de turismo administrada por índios no estado de Misiones, vizinho ao Paraná, é uma alternativa encontrada pelos integrantes da comunidade ypyrapú – que em português significa som das águas - para arrecadar recursos extras e ajudar no desenvolvimento da tribo.

A reserva fica em uma área do Parque Nacional Iguazú, que assim como do lado brasileiro também abriga as Cataratas do Iguaçu. Além das visitas, os turistas podem comprar peças de artesanato produzidas pelo grupo, assistir à apresentações culturais e saber mais sobre os costumes e a fauna e a flora da região em incursões por trilhas abertas na selva. Turistas europeus e universitários devem ser maioria entre os visitantes, acreditam os organizadores.

Na aldeia vivem cerca de 50 famílias. No total, 20 pessoas trabalham na empresa comunitária que também beneficiará diretamente mais de 50 artesãos.

Os guias foram formados por uma escola montada na própria aldeia em 2007 com recursos de organizações não governamentais e dos governos da Argentina e do Canadá. Parte do dinheiro arrecadado com os ingressos serão destinados a um fundo comunitário para as necessidades da tribo.

Para agendar

Os interessados em conhecer a aldeia, que fica próxima ao centro de Puerto Iguazú, na rodovia que dá acesso às Cataratas, podem agendar a visita pela internet.



Índios cobram investigações
SÍTIO PORTAL ORM, 02.05.2013

LIDERANÇAS DENUNCIAM SUMIÇO DE 11 MILHÕES DA SAÚDE INDÍGENA

Os índigenas de várias etnias do Pará vão continuar pressionando a gestão da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Belém, para dar um desfecho às denúncias que apontam possíveis irregularidades nas contas do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) da região Guamá-Tocantins. O assunto será tema de reunião com o procurador do Ministério Público Federal (MPF), Felício Pontes Júnior, às 10h, de hoje. A reunião foi marcada após a falta de acordo para o pedido de saída da atual diretora do Sesai, Daniela Cavalcante. No último encontro, ocorrido na terça-feira, entre os índios e o secretário substituto da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Fernando Rocha, que veio de Brasília, não surtiu efeito, pois a comitiva abandonou a mesa de negociação. Os índios querem saber o paradeiro da verba direcionada ao órgão. "Nós queremos saber onde estão os 11 milhões que deveriam ser investidos na saúde indígena. Os pólos não têm carro, médicos e medicamentos. Nós estamos sofrendo há um ano", reclamou o líder da aldeia Sede, do município de Santa Luzia do Pará, Naldo Tembê.

Durante a audiência com a Sesai, a diretora da Dsei garantiu que todas as contas e documentos do órgão estão abertas à qualquer investigação, no entanto deixou a reunião sem dar explicações. "O Ministério Público pediu para que a gente aguardasse, pois existe um prazo de cinco a quinze dias para as partes de manifestarem, mas se não tiver resposta, a gente vai tomar outras providências", afirmou um dos líderes da aldeia Jacaré, do município de Santa Luzia do Pará, Neto Tembê.

A atitude da comitiva da Sesai, que abandonou a reunião com os índios, foi encarada como um desrespeito aos povos indígenas e ao Ministério Público. "Para nós foi uma decepção. Nós queremos uma resposta", disse Naldo Tembê, que não esconde revolta em situação de abandono da saúde indígena.

TERRA YANOMAMI -Procurador acusa ONG de incitar conflito entre índios e fazendeiros

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 02.05.2013



O procurador federal Wilson Précoma, responsável pela seção indígena da Advocacia Geral da União (AGU), acusou o Instituto Socioambiental (ISA) de incitar os índios a invadirem propriedades e provocarem um conflito com fazendeiros que hoje ocupam propriedades dentro da terra indígena na região do Ajarani, Município de Caracaraí.

No mês passado, o Ministério Público Federal em Roraima recomendou prazo de 30 dias para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) planeje e posteriormente execute a retirada de ocupantes e bens das fazendas localizadas na região do Ajarani, dentro da Terra Indígena Yanomami.

No dia do índio, dia 19 de abril, um protesto foi realizado na região, mas a intenção do ISA, segundo denunciou o procurador, seria que houvesse um confronto da Hutukara Associação Yanomami (HAY) com os fazendeiros, por meio da ocupação sistemática das propriedades ali instaladas. "O ISA forçou a barra para que houvesse um confronto na área durante a ocupação das fazendas para dar um impacto nacional e internacional para o assunto, pois as ONGs vivem dessa especulação do sofrimento e, com isso, obtêm mais recursos para existirem", acusou.

Précoma argumentou que, quando o Ministério Público Federal (MPF) recomendou à Funai que planejasse a desintrusão de ocupantes não índios com prazo de 30 dias para apresentação desse plano, estaria implícita uma autorização para que neste período os indígenas se sentissem no direito de ocupar as propriedades. "Só não ocorreu um confronto ainda maior porque nós [AGU] intercedemos e salientamos que aquele não era o caminho certo", disse ao criticar o ISA, afirmando que o instituto só se manifesta em questões fundiárias. "Para a saúde do povo indígena, eles fecham os olhos".

A esse respeito, o MPF já esclareceu que as recomendações expedidas ao Ibama e à Funai foram respaldadas pela jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, além de estar em conformidade com o entendimento da própria Advocacia Geral da União e Fundação Nacional do Índio no que diz respeito à desintrusão e proteção territorial de Terras Indígenas.

Instituto Socioambiental contesta acusações

Segundo Ciro Campos, biólogo do ISA, a afirmação do procurador tenta desqualificar a Hutukara Associação Yanomami como uma organização autônoma de representação do Povo

CONT.



Yanomami, que há mais de 20 anos luta pela retirada dos fazendeiros na região do Ajarani, contando com o apoio de diversas organizações, como o MPF e a Funai.

Com relação à manifestação dos Yanomami no Ajarani, organizada pela Hutukara, ele afirmou que o ISA contribuiu para que não houvesse qualquer conflito, por meio de diálogo com os moradores das fazendas a fim de esclarecer que se tratava de um ato pacífico. Conforme

Campos, a Hutukara enviou ofícios aos órgãos competentes pedindo esclarecimentos sobre a permanência dos fazendeiros passados 20 anos da homologação da TI Yanomami.

Sobre a suposta omissão quanto à saúde indígena, o biólogo disse que o Instituto faz parte oficialmente do Conselho Distrital de Saúde Yanomami e denuncia publicamente quando há insuficiência nas ações de saúde. "Atualmente, dentre outras ações, o ISA está apoiando o Distrito de Saúde Yanomami e a organização Expedicionários da Saúde para a realização de cirurgias de catarata e hérnia na Terra Indígena Yanomami, que se realizará no mês de agosto de 2013", informou.

Lideranças indígenas são acusadas de se calarem em troca de cargo do DSEI

O procurador federal Wilson Précoma acusou a Coordenação do Distrito Sanitário Indígena Yanomami (DSEI-Y) de contratar lideranças indígenas a fim de acobertar os problemas enfrentados pelas comunidades. Conforme as declarações do procurador, reféns dos seus salários junto ao distrito, os líderes indígenas estariam se calando perante questões como a falta de medicamentos e de profissionais bem como outras deficiências na saúde indígena, em vez serem porta-vozes dos problemas enfrentados na comunidade.

Segundo ele, a mesma prática também aconteceria no Distrito Sanitário Indígena Leste (DSEI-Leste), porém com menos intensidade. "Os indígenas estão blindando a Joana Claudete [chefe do DSEI-Y] porque ela deu emprego para todos e eles ficam sem voz. Ela conseguiu montar um esquema para que não se saiba o que de fato está acontecendo", delatou.

O procurador afirmou que os indígenas são empregados geralmente na função de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) ou intérpretes da Casa de Saúde Indígena (Casai) lotados em hospitais. Segundo ele, os indígenas não teriam o devido preparo para estas funções e estariam prestando um serviço aquém da necessidade. "Ela emprega os índios em cargos que muitos não têm sequer preparo. Muitos dos que trabalham como intérpretes ficam na cidade e não vão trabalhar, provocando queixas dos médicos e enfermeiros", argumentou.

Desde que a gestão da saúde indígena foi transferida da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), a ONG Missão Evangélica Caiuá é quem faz a contratação de funcionários. Dos 34 DSEIs, ela é responsável pela contratação de profissionais e apoio de 15 distritos. Com mais de dois mil funcionários em todo o País, presta atendimento a mais de 1/3 da população indígena nacional, estimada atualmente em mais de 700 mil índios.

Na avaliação de Précoma, a mudança piorou o serviço de saúde dispensado às comunidades indígenas. Ele se referiu à transferência destas atribuições da Funai para a Funasa e mais

CONT.



recentemente para a Sesai. "Toda mudança em relação aos índios vem para piorar. Ao negligenciar a saúde nas comunidades, o governo força os índios a virem para as cidades, deixando as terras livres", enfatizou. DSEI - A Folha entrou em contato com a chefe do DSEI-Y, a enfermeira Joana Claudete

Schuertz, e segundo sua assessoria, a orientação recebida por parte da Sesai foi para aguardar uma resposta da Coordenação de Comunicação da Sesai em Brasília.

"O gabinete da coordenação do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami - DSEI Yanomami afirma que enviou a matéria para a Coordenação de Comunicação da Sesai em Brasília, que faz a assessoria de comunicação do DSEI Yanomami. Estamos aguardando uma resposta", diz a nota. Até a conclusão desta matéria, não foi dado retorno.

Entidade diz que índios têm qualificação para os cargos

Em nota, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) contestou a acusação, ao afirmar que realiza um trabalho sistemático junto com as lideranças para acompanhar as atividades do DSEI-Y, fazendo denúncias quando estas ações não são efetivas.

A HAY afirmou que os indígenas têm total competência para realizar a função de agente de saúde e que o trabalho que eles efetuam em área é fundamental para realização dos serviços de saúde do DSEI-Y. Informou ainda que os intérpretes são indicados pelas comunidades e regiões.

"A maioria do povo Yanomami tem dificuldade para traduzir na língua portuguesa, por isso a Sesai deve ajudar as lideranças a escolherem intérpretes que já sabem falar na língua portuguesa", afirmou a associação.



Índios prometem radicalizar protestos

SÍTIO PORTAL ORM, 03.05.2013

Lideranças de várias tribos exigem saída de coordenadora de saúde de duas regiões

Lideranças indígenas Tembé, Assurini, Caapor e Gavião declararam na tarde de ontem que radicalizarão o movimento deles por causa da falta de respostas do governo às suas reivindicações, em especial a exigência da saída da coordenadora de Saúde do Distrito Guamá-Tocantins, Danielle Soares Cavalcante. O que vão fazer e quando não foi revelado, mas os índios já comunicaram essa decisão ao Ministério Público Federal (MPF) na manhã de ontem, durante reunião com o procurador Felício Pontes, da qual participaram os caciques Neto Tembé, Piná Tembé, Naldo Tembé, Quiné Gavião, Brasilice Tembé, Zeca Gavião, Iracema Gavião, Valdeci Tembé, Gavião Marabá, Assuriny Tucuruí, chefes das tribos indígenas gerenciadas pelo Distrito Sanitário Especial de Guamá-Tocantins. Eles adiantaram que adotarão medidas mais drásticas para conseguirem ser ouvidos pelo governo.

'Nós chegamos ao consenso que o governo não está interessado em atender as nossas reivindicações e só vieram aqui para dizer que estão defendendo a Danielle', indignou-se o cacique Piná Tembé, presidente da Associação do Grupo Indígena Tembé do Alto Rio Guamá. A prova do que diz, pontuou, é que até agora não houve resposta às várias denúncias que eles apresentaram contra a gestora, como a falta de medicamentos, atrasos na remessa e fornecimento de remédios com prazo de validade vencido. Os índios suspeitam também que há desvio de recursos destinado para a saúde indígena, que aumentaram de R\$ 4 milhões para R\$ 13 milhões. 'Documentos provam que foram gastos R\$ 11 milhões e ninguém sabe com o quê', frisou Piná. Com documentos em mãos, o cacique disse ao procurador Felício Pontes que a administração de Danielle tem dívidas de cerca de R\$ 170 mil, por causa de serviço de manutenção de veículos, entre os meses de janeiro a março.

Outra suspeita levantada pelas lideranças indígenas diz respeito ao aluguel de 17 carros, no valor de R\$ 5,5 milhões. Porém, garantiu ele, falta carro para atender as aldeias quando há necessidade.

Ele afirmou que os índios não abrirão mão da exigência de substituição de Danielle, porque há um ano no cargo ela fez com que 'a saúde nas aldeias piorasse'. Ele garantiu que os índios estão dispostos a negociar, tanto que liberaram, na última terça-feira, 30, as instalações da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) - onde estavam desde o dia 23 de abril -, localizado na avenida Conselheiro Furtado, depois que o governo declarou que só negociaria se eles liberassem o prédio. Desde então, eles estão no prédio da Fundação Nacional do Índio (Funai), na travessa Padre Eutíquio, na Cremação. A reportagem tentou até 18h30 contato, por meio de telefone, com Danielle Soares Cavalcante para ela prestar esclarecimentos sobre as acusações dos indígenas, assim como com a assessoria de Comunicação da Funai. O procurador Felício Pontes também foi procurado, mas a assessoria informou que ele estava fora de Belém.

AL tenta conter conflito entre índios e fazendeiros

SÍTIO O PROGRESSO, 03.05.2013

Os deputados Lídio Lopes, Pedro Kemp e Amarildo Cruz usaram a tribuna para discorrer sobre o assunto



Deputado Pedro Kemp durante a sessão ordinária de ontem da Assembleia Legislativa - Foto: Giuliano Lopes - ALMS

A tensão no setor agrário no âmbito estadual envolvendo índios e fazendeiros voltou a provocar acalorados debates na sessão de ontem da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. O processo de demarcação de terras indígenas é um dos maiores gargalos do Estado e foi alvo de protesto de produtores rurais durante a vinda da presidente Dilma Rousseff a Campo Grande na segunda-feira, para entrega de 300 ônibus escolares.

Cerca de 3 mil produtores de Mato Grosso do Sul do Paraná participaram do protesto contra a demarcação de terras no Estado.

O presidente da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS), Eduardo Riedel, entregou um documento à presidenta com informações sobre o impacto econômico da criação de novas áreas indígenas pretendidas pela Funai e pedindo intervenção do governo federal para garantir a paz no campo. Nova mobilização deve ocorrer na próxima quinta-feira (8) em Brasília quando a ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, deve comparecer em audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara dos Deputados.

Por causa disso, os deputados estaduais voltaram a tocar no assunto. Lídio Lopes (sem partido), Pedro Kemp e Amarildo Cruz, ambos do PT, ocuparam a tribuna da Assembleia para discutir a polêmica decisão da Funai em demarcar terras no Estado. Após apresentar o vídeo que mostra a morte de um produtor rural, Lídio Lopes pediu para a Comissão de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos, da qual é membro, e para a Comissão de Desenvolvimento Agrário e Assuntos Indígenas para tomarem providências em relação ao assunto. As imagens apresentadas durante a sessão mostram o policial militar aposentado Arnaldo Alves Ferreira, de 68 anos, uma das vítimas do conflito com índios no distrito de Douradina - a 196 quilômetros de Campo Grande. "Sou cristão e estou chocado", afirmou.

Militante dos Direitos Humanos há mais de 20 anos, Pedro Kemp disse que toda a violência causa indignação e precisa ser repudiada e que o caso é mais um exemplo da situação insustentável entre índios e produtores. "Quantas mortes já tivemos de lideranças indígenas? Cadê o corpo de Nísio Gomes?", questionou. "Temos que dar um basta nessa violência". Nos últimos 10 anos (de 2003 a 2013) foram assassinatos 279 índios. "Claro que nem todos esses

CONT.



assassinatos foram em função da disputa de terras”, ponderou. Muitos crimes acontecem em função da situação em que vivem os índios.

Ainda conforme Pedro Kemp, Mato Grosso do Sul possui 39 acampamentos indígenas. “São famílias de índios sem terra, embaixo de lona, aguardando demarcação”, ressaltou. Kemp explicou que a Constituição de 1988 deu o prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas e que 25 anos se passaram sem nenhum governo ter resolvido o problema. Para ele, a solução para o problema fundiário indígena precisará ser política, respeitando os direitos de índios e não índios.

O deputado do PT disse ainda que, ao contrário do senso comum, os índios não são incitados por ONGs internacionais ou pela Funai (Fundação Nacional do Índio) para invadir terras, mas que tomam as suas próprias decisões. Amarildo Cruz destacou que a situação de indefinição com relação à demarcação de terras indígenas traz um incomodo econômico para os produtores e insegurança por parte dos indígenas e de toda a sociedade. “Essa questão traz problemas seríssimos para o nosso Estado”, disse. Ele afirmou ser necessária uma política de Estado para resolver o problema, que se arrasta há anos. (Colaborou Portal ALMS).



Funai retira primeiro fazendeiro da região do Ajarani, em Roraima

SÍTIO CLIPTVNEWS, 02.05.2013

Propriedades estão dentro da Terra Indígena Yanomami. Abrão Pires Mateus será o primeiro fazendeiro a deixar a área.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) começou a fazer a retirada dos fazendeiros que ocupam áreas na região do Ajarani, dentro do perímetro da Terra Indígena Yanomami, no município de Caracaraí. Os três lotes ocupados por Abrão Pires Mateus serão recebidos nesta quinta-feira (2). Ele será o primeiro a deixar a área.

No mês de março, o Ministério Público Federal de Roraima (MPF/RR) emitiu recomendação ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA/RR) para que uma fiscalização fosse realizada na região e os fazendeiros notificados a se retirarem da área.

Segundo o procurador da República Fernando Machiavelli Pacheco, autor da recomendação, seis fazendeiros que atuam em 12 fazendas de boa fé, serão indenizados em R\$1,5 milhão - valor dividido entre eles e já depositado pela Funai.

A Hutukara Associação Yanomami confirmou o depósito referente as benfeitorias que foram construídas nas áreas ocupadas por Mateus. De acordo com a representação indígena, com a retirada do primeiro fazendeiro, ainda restam cinco ocupantes para serem retirados da área.

"As benfeitorias que foram consideradas construídas de má fé pela Funai, como por exemplo, áreas de Desmatamento sem autorização do IBAMA, áreas além dos lotes dos ocupantes e as ocupadas depois dos dois levantamentos fundiários realizado pela Funai, não serão pagos", informa a Hutukara.

O coordenador regional da Funai, André Vasconcelos, informou que existe apenas uma ocupação considerada de má fé na região do Ajarani que não será indenizada. "O depósito já foi feito para todos os demais ocupantes. A maioria exigem a correção dos valores, mas eles precisam deixar a área e requisitar essa correção, é um direito deles", destaca.

A retirada dos fazendeiros da região do Ajarani é uma reivindicação antiga dos Yanomami. Mesmo após a homologação da terra indígena, em 1992, os ocupantes permaneceram nos locais. No Dia do Índio (19), os indígenas se reuniram em uma manifestação pacífica cobrando solução imediata para o impasse. As ocupações ficam na BR-210, mais conhecida como Perimetral Norte.



Militares do Exército acusados de enjaular e torturar índios no Amazonas

SÍTIO PORTAL DO HOLANDA, 02.05.2013

Índios foram ameaçados, agredidos e colocados em jaula no 3º Pelotão Especial de Fronteira, em São Gabriel da Cachoeira

O Ministério Público Federal no Amazonas ingressou com uma ação de improbidade administrativa na Justiça Federal contra quatro militares do Exército acusados de torturar índios no município de São Gabriel da Cachoeira (a 852 quilômetros a noroeste de Manaus).

Sob o comando do primeiro-tenente Samir Guimarães Ribas, os militares Leandro Fernandes Rios de Souza, Ramon da Costa Alves e Walter Cabral Soares, praticaram atos de abuso de autoridade e de tortura, causando sofrimento físico e mental a índios na zona rural do município de São Gabriel da Cachoeira. A ação teve início na noite de 29 de setembro de 2007 e se estendeu até a manhã seguinte, no intuito de investigar e castigar índios envolvidos com tráfico de drogas.

Após receber denúncia, feita por um morador local, de que índios daquelas comunidades estariam consumindo e comercializando drogas, o tenente determinou que os militares compusessem duas patrulhas distintas para identificar, localizar e prender todos que tivessem ligação com os fatos, para que fossem levados, em seguida, à sede do 3º Pelotão Especial de Fronteira.

Diante da surpresa de ação dos militares armados com fuzis, os índios abordados nas comunidades passaram a admitir o consumo de drogas e a delatar outros envolvidos. Mesmo sem ordem judicial e não estando em situação de flagrante delito, os índios foram presos por Leandro Fernandes Rios de Souza, Ramon da Costa Alves e Walter Cabral Soares, que entraram nas casas, efetuaram 'prisões para averiguação' e fizeram breve interrogatório para obter nomes de outras pessoas envolvidas com tráfico e consumo de drogas.

Agressão e prisão em jaula – Os índios detidos pelos militares relataram, em depoimentos, que foram levados de 'voadeiras' – pequenas embarcações com motor de popa – até a sede do 3º Pelotão Especial de Fronteira, foram ameaçados com a exibição ostensiva de armas e agredidos com tapas e chutes, além de terem sido colocados em uma jaula de ferro destinada a transporte de onça do Exército Brasileiro.

Apertados no interior de jaula de ferro por longo período, alguns índios não resistiram e passaram a urinar naquele local. Em razão disso e sob a justificativa de limpar sujeira e afastar odor de urina, os militares, sob o comando do tenente, despejaram baldes de água sobre os índios.

O MPF/AM destaca que as atitudes dos militares constituem atos de improbidade administrativa que atentam contra a legalidade e a moralidade – princípios da Administração

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 073 / 2013

Brasília, 03 de maio de 2013.

Pública –, conforme previsto no artigo 11 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), violando o padrão ético de conduta que os agentes públicos respeitar no exercício das funções.

“Os militares, a pretexto de coibir a prática de suposto crime de tráfico ilícito de entorpecentes na comunidade em questão, atentaram contra basilares princípios constitucionais administrativos, comportaram-se de modo totalmente arbitrário em detrimento das vítimas, valendo-se da abjeta prática de tortura para subjugar-los, em total contrariedade a mandamentos legais e éticos”, afirmam os procuradores da República Sérgio Valladão Ferraz e Julio José Araujo Junior, na ação de improbidade administrativa.

Preconceito contra populações indígenas – A conduta dos militares, que denota preconceito contra as populações indígenas, é contrária ao previsto no Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/80) que, no artigo 27, II, enuncia ser manifestação essencial do valor militar “o civismo e o culto das tradições históricas”.

Para o MPF/AM, os atos dos militares atingiram de forma grave alguns dos mais fundamentais direitos humanos das vítimas, que se viram reduzidas em sua capacidade de autodeterminação, encarceradas injusta e inconstitucionalmente e submetidas a tratamento desumano e degradante, e foram alvo de humilhações e sofrimentos físicos e psíquicos que configuram atos de tortura.



Após ação do MPF/SE aldeia Xocó terá água potável

SITIO FAXAJU, 02.05.2013

Após ação do MPF/SE, aldeia Xocó terá água potável. Decisão liminar da Justiça Federal determinou abastecimento imediato

Atendendo a um pedido do Ministério Público Federal (MPF), a Justiça Federal determinou, liminarmente, o imediato abastecimento de água potável para a comunidade indígena Xocó da Ilha de São Pedro, localizada no município sergipano de Porto da Folha. A ação foi movida em dezembro passado durante o Dia D da Saúde Indígena, a mobilização nacional do MPF pela saúde dos povos indígenas de todo o país.

A liminar determina que a União forneça imediatamente água potável à comunidade que não dispõe de sistema de abastecimento, nem de tratamento de água. A aldeia na Ilha de São Pedro é abastecida com água do Rio São Francisco, que está contaminado por esgotos lançados pelos municípios à montante da comunidade.

Desde 2010, o MPF vinha tentando resolver o problema administrativamente junto à Fundação Nacional de Saúde (Funasa), então responsável pela saúde indígena. O órgão chegou a informar, em 2010, que iria construir uma unidade de tratamento de água para a aldeia, entretanto, em 2012 a obra sequer tinha sido iniciada.

A Funasa não está sendo processada porque, no início de 2012, deixou de ser responsável pela saúde indígena, passando a responsabilidade para a Secretaria Especial de Saúde Indígena, órgão ligado ao Ministério da Saúde.

No processo, a procuradora da República Lívia Nascimento Tinôco lembra que o acesso à água potável está inextricavelmente ligado ao conceito de dignidade humana. "A água e as instalações e serviços de água devem estar ao alcance físico de todos os indivíduos e devem ser prestados sem discriminação, de forma digna, contemplando as necessidades básicas do ser humano", afirma. Ela destaca ainda que os impactos da falta de saneamento básico na saúde são imensos, principalmente, para as crianças que ficam mais suscetíveis a contrair doenças como febre tifoide, diarreia, micoses de pele dentre outras.

A ação tramita na Justiça Federal com o número 0006798-89.2012.4.05.8500.



Audiência pública, em Brasília, discutirá demarcação das terras indígenas
SÍTIO AGRODEBATE, 02.05.2013

Na próxima segunda-feira (8), será realizada uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em Brasília, para prestar esclarecimentos acerca da identificação e delimitação das terras indígenas no Brasil. A discussão do tema é uma preocupação de produtores rurais e moradores destas regiões afetadas, inclusive em Mato Grosso.

A Funai atua como se fosse os três poderes. Emite as instruções normativas como poder Legislativo, demarca como poder Executivo e cuida dos recursos administrativos como o Judiciário. Esse modelo precisa ser revisto. Outra coisa, que critérios estão sendo utilizados para ampliar essas áreas?", questiona Rui Prado, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato).

Rui explica que cada vez que acontece uma ampliação das terras indígenas resulta em uma subtração das propriedades rurais. "O que um índio precisa é a mesma coisa que um não índio precisa: saúde, educação e qualidade de vida". Ele ressalta que Mato Grosso já dispõe de 14% de seu território para reservas.

A reunião ordinária vai contar com a presença da ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Participarão da audiência a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato) e os sindicatos rurais. Será abordada também a Proposta de Emenda Constitucional 215, que atribui ao Congresso Nacional a competência para demarcar e homologar as Terras Indígenas (TI's).

Impasse - No dia 24 de abril, a presidente da República, Dilma Rousseff, publicou no Diário Oficial da União a ampliação da reserva indígena Kayabi, localizada entre os limites dos municípios de Apiacás (MT), distante 1.005 quilômetros de Cuiabá. O decreto aumenta a reserva indígena em 729%, passando de 127 mil hectares para 1,053 milhão de hectares.

"Os processos de ampliação de áreas indígenas atingem vários setores da sociedade. Impacta na economia local, no comércio e na vida das famílias. Não são apenas alguns milhares ou milhões de hectares em jogo, mas sim a vida e a história destas pessoas. Consideramos justo que os índios tenham terra, mas queremos que os processos de ampliação de áreas indígenas sejam conduzidos de forma mais transparente e isenta. A Funai não pode continuar agindo assim, sem ouvir a sociedade e sem dar condições justas de defesa aos envolvidos", avalia Rui Prado.

Nova TI em Apiacás - A Funai ainda estuda novas demarcações. Mato Grosso possui aproximadamente 12.586.568 hectares de TI's divididas entre regularizadas, declaradas e delimitadas - o que corresponde a 14,05% do território estadual. Conforme a Fundação, atualmente existem 25 áreas indígenas em estudo que não possuem um perímetro definido, mas apenas uma região determinada. Dessas 25 áreas, 12 são propostas de ampliação e 13 para criação.



Câmara debate leis que obrigam estudo de cultura afro e indígena em Cuiabá
SÍTIO CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, 02.05.2013



A Câmara Municipal de Cuiabá realiza na próxima quarta-feira (08) audiência pública para discutir a aplicabilidade das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que visam garantir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. O evento ocorre a partir das 9h00, no Plenário das Deliberações, a partir de um requerimento da vereadora Lueci Ramos PSDB).

A audiência pública servirá para debater com toda a sociedade, inclusive representantes da Prefeitura Municipal e do Movimento Negro, a regulamentação das leis que visam instituir uma pedagogia de ensino no sentido de acabar com o racismo tão arraigado na cultura do país.

De acordo com o conselheiro Rinaldo de Almeida, do Conselho Estadual de Igualdade Racial (CEPIR), esse tipo de discussão visa regulamentar as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, além de desconstruir o racismo e, ao mesmo tempo, construir uma educação que respeite as diferentes etnias.